

EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989. Tabelas. Gráficos. Mapas. Notas. Bibliografia. Apêndice. 394 p.

GOENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1990. Apêndices. Notas. Bibliografia. 271 p.

*Robert Conrad*¹

O primeiro dos livros citados contém quinze ensaios sobre aspectos da história social brasileira, que Peter Eisenberg escreveu durante sua carreira acadêmica, três dos quais inéditos até seu falecimento em 1988. Reunidos em sua homenagem por colegas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), os artigos que compõem o livro são organizados em quatro partes, que refletem as mudanças nas preocupações e interesses de pesquisa do autor.

Os ensaios da parte 1 são subprodutos do principal estudo de Eisenberg: *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernam-*

buco (1840-1910). Eles incluem uma análise do processo da Abolição em Pernambuco (originalmente publicadas em *The Hispanic American Historical Review* em 1972), na qual Eisenberg conclui que, depois da escravidão, os plantadores de açúcar daquela província salvaguardaram o controle tradicional sobre seus trabalhadores, a maioria dos quais não vivia em melhores condições do que os escravos. No segundo artigo dessa parte, um estudo sobre os esforços do século XIX para promover a imigração para Pernambuco, o autor sustenta que, não obstante o clima e a escassez de terra estivessem entre as causas do malogro da maior parte dos projetos de imigração provinciais, a principal era a estagnação econômica. O último artigo da primeira parte revela as trágicas conseqüências da modernização da indústria açucareira de Pernambuco, em finais do século XIX. O fracasso em iniciar a reforma agrária, acreditava Eisenberg, era uma causa capital da contínua dependência e pobreza do proletariado rural da província após a Abolição.

As atitudes com referência à escravidão e ao problema do trabalho, particularmente entre plantadores do Vale do Paraíba e Oeste de São Paulo, estão entre os temas tratados na parte 2. Analisando opiniões emitidas nos Congressos de Agricultura

1- Resenha originalmente publicada em *The Hispanic American Historical Review*, Durham, 71(4): 871-3, novembro/1991.

em 1878, no Rio e em Recife, o autor conclui que, ao menos naquele tempo, os pontos de vistas dos plantadores tendiam a coincidir em questões de trabalho e escravidão, a despeito de seus interesses regionais e particulares. A parte 3 contém estudos que abordam o trabalhador livre brasileiro ou o homem esquecido e as manumissões de escravos em Campinas. Esses últimos ensaios, parte de um corpo crescente de trabalhos sobre manumissões, mostram claramente que libertar o escravo era um acontecimento raro e altamente seletivo em Campinas, até a década de 1880, quando o abolicionismo e o abandono em massa das grandes propriedades rurais pelos escravos, tornaram, ao menos, popular a manumissão.

Na introdução do seu primeiro livro, Eisenberg revelara sua intenção inicial de escrever um estudo sobre determinada comunidade, como ocorre em Vassouras, de Stanley Stein, plano frustrado pela escassez documental. Os ensaios da parte 4 do livro indicam que, próximo ao fim de sua vida, ele estava novamente escrevendo um estudo de comunidade usando rico material arquivístico relativo a Campinas. A alta qualidade dos ensaios preliminares para esse trabalho sugere que, com mais tempo, o autor teria produzido um livro importante e inovador sobre a sociedade de Campinas no século XIX.

dústria açucareira. A coleção de pequenos estudos de Peter Eisenberg será calorosamente bem recebida pelos estudiosos da história social brasileira.

Quanto a Jacob Gorender, escreveu um livro que, como seu estudo anterior sobre escravidão, *O escravismo colonial*, deveria ser traduzido para o inglês. Com talento analítico poderoso e conhecimento profundo da história brasileira, em *A Escravidão Reabilitada* Gorender diseca o trabalho de um grupo de historiadores, cujos livros e artigos recentes estão exercendo forte e, por vezes, desorientadora, influência sobre o estudo da escravidão no Brasil. Afirmando freqüentemente estarem motivados por um desejo de redescobrir o papel dos escravos na modelação de suas próprias vidas, esses historiadores, conforme sustenta Gorender, puseram em evidência uma coletânea de teorias discrepantes e aparentemente desconexas que, tomadas em conjunto, parecem pretender a reabilitação da imagem da escravidão outrora associada a Gilberto Freyre e seus seguidores.

Dentre os muitos argumentos questionáveis que tais historiadores apresentam estão, como observa Gorender, aqueles que afirmam que a escravidão no Brasil era uma relação contratual entre senhor e escravo,

acordada e aceita por ambos; que os escravos estavam protegidos por leis equitativas e incentivos, que minimizavam reações discordantes ou violentas, como fugas ou revoltas, em favor de estratégias que conduziam à acomodação e coexistência pacífica; que os castigos eram comedidos e moderados, servindo principalmente para educar os escravos e sendo vistos pelos últimos como justos. A escravidão foi minada gradativamente ou melhorada pelas ditas brechas no sistema, notadamente a brecha camponesa ou a aquiescência para com o campesinato de escravos, aos quais era permitido o cultivo de lotes de terra para produzir seus próprios alimentos. A anomalia demográfica de uma população escrava, incapaz de manter-se por meios naturais, é explicada como o resultado, não da escravidão "*per se*", mas de muitos fatores externos e presumivelmente inevitáveis, incluindo o clima tropical do Brasil, práticas culturais africanas, doenças contraídas nos navios negreiros, escolhas impróprias de cônjuges para mulheres escravas e mesmo certos costumes e atos dos próprios escravos. A abolição, por fim, é vista como um processo legal e ordeiro forjada por proprietários de escravos e políticos conservadores, com intenção de introduzir um sistema de trabalho livre por meios graduais, delimitados e consensuais. Os abolicio-

nistas, por seu turno, e mesmo os fugitivos do final da década de 1880, parecem ter exercido papéis menos importantes no processo de libertação.

Como alguns dos exemplos acima sugerem, a nova escola tende a minimizar o que era comum ou normal na escravidão brasileira (trabalho excessivo, castigos cruéis, resistência, população instável, mortalidade infantil desastrosa, dieta inadequada) e a superestimar fatores periféricos ou atípicos (proteção legal, casamento, família, manumissão, terra para subsistência, libertos), muitos dos quais temas preferidos pela escola Freyre-Tannenbaum. Estes, certamente, são temas legítimos para pesquisa e análise, mas reforçam o excepcional em detrimento do comum e, ainda que com boas intenções, podem levar a distorções e falsas concepções não retificáveis com facilidade.

O que provocou este fenômeno acadêmico, que envolve mais os historiadores e estudiosos da escravidão do que pode ser visto numa resenha? Gorender sugere que é fruto de uma empresa ideológica conservadora, dissimulada por metodologias ultramodernas e legitimada pelo prestígio e "*status*" universitários. Escrever a história, afirma ele em sua conclusão, não é uma ocupação acadêmica neutra, mas serve como a fonte de

conceitos que, com o passar do tempo, são incorporados ao senso comum, através da educação e dos meios de comunicação de massa.

Minha apreciação pessoal da mesma literatura convence-me de que a crítica de Gorender atinge diretamente o âmago de um problema muito sério, fazendo de seu livro uma leitura obrigatória para todos os especialistas em escravidão. Como o *Escravidão Colonial*, este livro é trabalho de primeira linha de um historiador talentoso e honesto, que conhece bem sua matéria e não hesita em falar o que pensa.

Tradução: Jurandir Malerba
